

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: O petróleo é delas.....	2
Título: O rosto da direita que chega ao poder	2
Título: Retomada do petróleo anima mercado imobiliário	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Mesmo com manutenção de presidente, plano para Eletrobras não foi acertado.....	7
Título: Governo herda R\$ 292 bi em investimentos engatilhados.....	8
Título: Após 7 anos de perdas, Funcef sinaliza recuperação	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: » Barra limpa.....	11
Título: São apenas desencontros?	11
Título: As máquinas de fazer dinheiro da Petrobrás.....	13
Título: Privatizar o Banrisul não é oportuno para o Estado’	15
Título: Alto Escalão.....	17
Título: Técnica da estatal cruza país para embarcar na P-66	18

VEÍCULO: O Globo**Data: 06/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: O petróleo é delas**

Com a indicação de Anelise Quintão Lara para a área de Refino e Gás Natural, a Petrobras — embora já tenha sido presidida por uma mulher, Graça Foster — conta pela primeira vez com duas mulheres em sua diretoria. A outra é Solange Guedes (Exploração e Produção), mantida no cargo pelo novo presidente, Roberto Castello Branco. Com outros cinco diretores, mais o presidente, as mulheres agora ocupam 25% da diretoria — o percentual mínimo que a estatal quer alcançar em todos os cargos gerenciais até 2025.

VEÍCULO: O Globo**Data: 06/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Miriam Leitão****Título: O rosto da direita que chega ao poder**

Nossa democracia estava capenga, afirmou o ministro da Economia, ao dizer que só a centro-esquerda havia governado o Brasil. Mas que direita é essa que chegou agora? Nos muitos discursos e certas decisões da última semana, o novo rosto do poder começou a ser esboçado.

A economia perseguirá a agenda liberal, o que será uma guerra, na qual o front mais ingrato será o interno. Em outras áreas, como direitos humanos, educação e relações exteriores, os ministros mostraram um desconcertante alheamento da realidade. Os militares nomeados parecem ser a força moderadora dentro do próprio governo. A agricultura recebeu poderes indevidos e que levarão a conflitos de interesse.

A democracia pressupõe alternância de grupos e ideias no poder. Até agora, houve o governo de direita de Fernando Collor, de curta duração e final infeliz. Depois o pêndulo oscilou entre o centro, tucano, e a esquerda, petista. Houve uma administração tampão do MDB, que se pode definir como centro-direita. E agora chega ao poder um governo assumidamente de direita.

No Brasil, os conceitos políticos são bem imprecisos. A esquerda fez coisas como aumentar as transferências para o capital, ainda que tenha também ampliado os programas sociais. Vamos entender nos próximos anos o que realmente significa uma administração de direita no Brasil. Destes pouquíssimos dias extrai-se pouca informação.

O presidente, Jair Bolsonaro, garantiu que cumprirá promessas de campanha, como a deliberar a posse de armas. **O ministro das Minas e energia, almirante Bento Albuquerque**, surpreendeu favoravelmente anunciando que a Eletrobras será privatizada, o que levou a uma alta de 20% nas ações em um único pregão. Houve também momentos constrangedores. As ideias da ministra Damares sobre divisão de cores por gênero são principalmente infantis, as do ministro Ernesto Araújo, confusas.

No Ministério da Justiça, o que se tentará é, a partir da experiência da Lava-Jato, reforçar o arcabouço legal contra a corrupção. Na posse, o ministro Sérgio Moro explicou que "um juiz de Curitiba pode pouco".

Um erro de interpretação dos fatos. Foi um juiz em Curitiba, no caso, ele mesmo, que permitiu, com suas decisões, que a Operação Lava-Jato alcançasse a dimensão que tem tido na vida nacional. Moro assumiu com projeto pronto para o combate à corrupção, mas não parece ter propostas para todos os outros assuntos que agora estão sob seu comando.

Na economia, o ministro Paulo Guedes tem ideias consolidadas. Ele é um homem de ideias, um pensador. A vida real dentro de um gabinete ministerial pode ser mais árdua do que ele imaginava. O que fazer diante de um presidente que anuncia de forma confusa e contraditória pedaços da "primeira e maior" das reformas econômicas? E quando o presidente anuncia que subirá o IOF e o secretário da Receita precisa desmentir? Confusos esses primeiros dias na área econômica.

A hora do espanto foi a do discurso barroco do ministro das Relações Exteriores. Depois de citações em grego e latim, ele desculpou-se: "Não conheço tantas línguas antigas assim. Não conheço hitita nem sânscrito". O problema do chanceler é respeitar a linguagem diplomática, que requer mais cuidados do que ele demonstra ter ao falar de outros países. Ele os escolhe pelo governo que está agora no poder.

Elogiou a "nova Itália, a Polônia, a Hungria". Demonstra encantamento com Donald Trump. Como qualquer aluno do Instituto Rio Branco sabe, os governos são temporários, por isso as relações são entre os países. Ele propõe que o Itamaraty lute contra a "teofobia", sem esclarecer o que essa cruzada contra problema inexistente tem a ver com os interesses do Brasil.

Na reorganização da administração, o governo acabou com o Ministério do Trabalho, enfraqueceu a Funai e tirou poderes do Ministério do Meio Ambiente. Tudo isso está dentro do ideário da direita. A redução do número de ministérios é bem-vinda.

O problema é entregar o poder de demarcar as terras indígenas ao Ministério da Agricultura e transferir o Serviço Florestal Brasileiro do Meio Ambiente para a Agricultura. Isso certamente dará muito conflito.

Foram apenas as primeiras pinceladas no novo rosto do poder. Seria bom que as confusões e os delírios desses primeiros dias dessem lugar ao entendimento da verdadeira natureza dos problemas nacionais.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/01/2019

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez E Bruno Rosa

Título: Retomada do petróleo anima mercado imobiliário

Levantamento mostra que 450 empresas ligadas ao setor abriram ou ampliaram escritórios no Rio em 2018 motivadas pelo calendário de leilões e investimentos da Petrobras. Demanda deve ter alta de 30% este ano

O novo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, tomou posse na última quinta-feira prometendo que, com a recuperação da capacidade de investimentos da estatal, o Rio poderá se tornar uma nova Houston, a cidade americana conhecida como a capital internacional da indústria do petróleo.

A capital fluminense ainda está longe disso, mas a retomada dos investimentos da estatal — o plano de negócios lançado em dezembro prevê US\$ 84,1 bilhões em projetos nos próximos cinco anos, 12% mais que no plano anterior — e o retorno dos leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP) já mexem com o mercado imobiliário corporativo do Rio, que vem amargando alta taxa de vacância nos últimos anos. Como o setor de petróleo responde por mais de 40% das locações, o mercado começa a ver nele a luz no fim do túnel da crise.

Um levantamento da Regus, empresa especializada no aluguel de salas comerciais, mostra que mais de 450 empresas relacionadas ao setor de petróleo e gás, entre operadores e prestadores de serviços, abriram ou ampliaram escritórios no Estado do Rio, principal zona produtora do Brasil, no ano passado.

A previsão da empresa é que este ano haja um aumento de 30% no número de companhias do setor em busca de espaços flexíveis, virtuais, ou em coworking, além de obter endereços fiscais no Rio para iniciar atividades no país.

O mercado carioca ganhou ainda um impulso extra no fim de dezembro, quando a Petrobras abriu uma licitação para alugar espaços de trabalho para até 4.500 posições (pessoas) ao longo de três anos em regime de coworking.

Ou seja, a estatal quer investir em um novo modelo que possibilite o trabalho em conjunto com outras empresas perto de sua sede, no Centro do Rio. A estatal informou que "pretende ter profissionais atuando no desenvolvimento de soluções digitais, num ambiente que fomente a colaboração, inovação e experimentação de novos processos, tecnologias e cultura."

Segundo Renato Amorim, diretor da Regus, a movimentação no setor se deve ao aumento do otimismo desde as eleições e à manutenção do calendário de leilões do setor pelo novo governo, com novas regras. Somente neste ano, a ANP vai realizar ao menos dois leilões de novos campos, no pós-sal e no pré-sal, atraindo investimentos de todo o mundo.

Ainda há a perspectiva de o governo realizar o megaleilão de áreas excedentes da cessão onerosa no pré-sal, que fez parte da capitalização da Petrobras em 2010, que pode gerar R\$ 100 bilhões ao governo.

— Muitos contratos iriam ser fechados ao longo do primeiro trimestre deste ano, mas as empresas se adiantaram e fecharam entre o Natal e o ano-novo. Trabalhamos até o dia 31 de dezembro. Muitas empresas tinham que começar já no dia 2 de janeiro — conta Amorim.

— Com a eleição, melhorou o clima. A economia deu uma tração com a mudança de governo.

Jadson Mendes Andrade, gerente sênior de Pesquisa e Inteligência de Mercado para América do Sul da Cushman & Wakefield, ressalta que a cidade do Rio chegou ao fim de 2018 com o melhor saldo líquido (entre devoluções e ocupações) na área corporativa em quatro anos: 32.300 metros quadrados no acumulado do ano até novembro.

Segundo a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), o índice de vacância, que mede a proporção de espaços corporativos vazios, caiu de 39% para 28% nos últimos três anos, embora ainda seja alto.

— O setor de óleo e gás é o que mais ocupa prédios corporativos no Rio, ao lado de órgãos públicos. Hoje, já vemos o segmento de petróleo com melhoria na geração de empregos. O impacto na ocupação imobiliária vai depender da intensidade da retomada da Petrobras.

Neste ano, os números estão bons, apesar de a Petrobras estar desocupando uma das torres do prédio Ventura (no Centro). Por outro lado, vimos a Shell saindo da Barra da Tijuca e indo para o Centro do Rio — diz Jadson.

Os sinais de reaquecimento dos aluguéis no setor petrolífero aparecem principalmente no Centro do Rio. As empresas preferem se instalar perto

da Petrobras. Foi o caso da Ramboll, que presta consultoria em auditoria, faz gerenciamento de áreas contaminadas e avalia impactos ambientais da atividade petrolífera.

A empresa abriu um escritório no Centro no ano passado para acomodar cinco funcionários. O consultor Sergio Mesquita conta que já pensa num espaço maior:

— Temos contratos no Rio, São Paulo e Minas Gerais. O escritório no Rio está em fase de consolidação. Com o desenvolvimento dos serviços e prospecção de clientes, temos planos de expansão.

A Brasdril, que atua no Brasil há 47 anos operando equipamentos de perfuração, é outra empresa que acaba de se instalar na capital fluminense. Com estrutura operacional em Macaé, empregando 45 funcionários em terra e cerca de 306 em plataformas, a empresa precisava de uma base no Rio para abrigar a área de marketing.

— O escritório também funciona como base para a área de contratos e para executivos de passagem — diz Amanda Porto, responsável pelo espaço.

CRESCIMENTO EM 2019

A Bridon, que fabrica cabos de aço e de fibra, está entre as que ampliaram o escritório que já tinham no Rio. Já a suíça SGS, especializada em processos de inspeção, verificação, testes e certificação, é uma das que montam bases temporárias. Chegou ao Rio por causa de um contrato:

— Conquistamos um contrato de serviços offshore (no mar) e precisávamos rapidamente montar um escritório no centro do Rio para instalar a base de suporte desse trabalho — conta Mauricio Martins, gerente de Comissionamento Industrial da SGS.

O presidente da Ademi, Claudio Hermolin, diz que a recuperação ainda está no início, mas já é consistente, principalmente nas locações comerciais. Esse movimento, diz ele, deve se intensificar no meio deste ano.

— O setor de óleo e gás é muito importante para o Estado do Rio, já que é responsável por 43% do mercado imobiliário no Rio, em locações comerciais, industriais e residenciais — diz Hermolin, indicando Centro, Porto e Barra como áreas mais procuradas.

O diretor da área de locação de escritórios da consultoria Newmark Grubb Brasil, Eduardo Cardinali, avalia que as empresas ainda estão analisando onde

vão se instalar. Segundo ele, há uma grande empresa do setor em busca de uma área entre cinco e dez mil metros quadrados na cidade, mas não revela o nome.

— Em conversas com algumas petroleiras no Rio, todas manifestaram interesse em espaços disponíveis. No momento, estão se posicionando. A retomada ainda não é tão expressiva, mas acredito que vai crescer neste ano.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Mesmo com manutenção de presidente, plano para Eletrobras não foi acertado

Mercado Aberto

Wilson Ferreira Jr. segue como presidente da Eletrobras, mas seus planos de privatização da holding e conclusão de Angra 3 ainda não foram discutidos com **o ministro Bento Albuquerque, de Minas e energia**, e podem ser revistos.

A manutenção de golden share pelo governo, prazos para quando se dará a capitalização e se haverá diluição da participação serão ainda definidos, segundo Ferreira.

"[Durante a transição] me demandaram apresentações, nós nos reunimos para que tivessem conhecimento de alternativas. Eles se detiveram em análise dos projetos, mas não trataram de temas de golden share e diminuição da participação do governo comigo."

O executivo ouvirá as conclusões que o novo governo tomou. "Eu não tenho preconceitos sobre o tema."

A conclusão de Angra 3, que demanda R\$ 15 bilhões, também será discutida. O projeto da gestão Temer era reajustar valores que a empresa receberá pela energia — o que foi feito — e encontrar um sócio.

"Havia três alternativas de parceiros, que seriam avaliadas em conjunto com a Secretaria do PPI, o que começou a ser feito. Era previsto um avanço no modelo da concorrência de seleção de sócio no primeiro semestre deste ano", afirma o executivo.

"Agora é preciso uma avaliação do novo governo."

Soluções como financiamento por outra subsidiária também não foram estudadas, diz. A estatal vendeu a última distribuidora colocada à venda em 2018, a Ceai, e fez acordo com a SEC (órgão que rege títulos mobiliários nos EUA) no dia 28 de dezembro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Flavia Lima e Tais Hirata

Título: Governo herda R\$ 292 bi em investimentos engatilhados

Estudo do Itaú BBA identifica projetos em áreas estratégicas de infraestrutura

São Paulo- Os projetos de infra-estrutura já contratados ou engatilhados têm um potencial de investimento de R\$ 339 bilhões nos próximos anos. Do total, R\$ 291,6 bilhões devem se concentrar em cinco anos — ou seja, a maior parte ocorrerá no governo Jair Bolsonaro.

O levantamento foi feito pelo banco Itaú BBA com exclusividade para a Folha e leva em conta concessões de infra-estrutura no âmbito federal.

São obras do porte da rodovia BR-364/365, que liga Uberlândia(MG) a Jatai (GO), ou da ferrovia Norte-Sul, em construção há cerca de 30 anos, mas que tem trechos com edital já publicado e leilão marcado para março.

É possível que o potencial de investimento seja ainda maior, segundo Rogério Yamashita, chefe de infraestrutura e logística na área de project finance do Itaú BBA.

"Temos conversado com o governo e ele tem um planejamento enorme de projetos para serem realizados e que não estão mapeados aqui porque ainda são ideias. O que colocamos nas previsões são projetos que já têm estudos", diz ele.

O setor de energia elétrica é o principal responsável por esses investimentos já mapeados.

Do valor total, R\$ 202 bilhões deverão ser investidos em novas usinas geradoras e linhas de transmissão.

Em seguida, vem o setor de transportes, com projetos de rodovias (R\$ 79 bilhões), aeroportos (R\$ 34 bilhões) e ferrovias (R\$ 24 bilhões).

Apesar das cifras bilionárias, o valor está longe do ideal, avalia Cláudio Frischtak, presidente da Inter.B, especializada em infraestrutura.

Para ele, em um cenário otimista, uma retomada significativa ocorrerá apenas em três anos, a partir de 2022.

Em 2019, os investimentos em infraestrutura deverão representar 1,6% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, apontam cálculos da consultoria. A taxa ficaria em um patamar semelhante à do ano passado, de 1,7% do PIB.

O ideal, diz Frischtak, era que os investimentos chegassem a 4% da economia do país.

"O nível ainda é muito baixo. Mesmo que o governo acerte em todas as dimensões, a retomada começará só em 2020, e os investimentos em infraestrutura chegarão a um nível ideal só no fim do quarto ano do mandato de Bolsonaro, na melhor das hipóteses", afirma.

Para ele, a recuperação dependerá de fatores como a realização de reformas estruturais, a melhora do cenário fiscal e a manutenção de uma equipe qualificada para lidar com infraestrutura, entre outros.

Os setores de energia e rodovias deverão se manter fortes motores de crescimento. Considerados segmentos mais maduros em termos regulatórios, apresentam riscos menores aos investidores, segundo analistas.

"Com a economia voltando a crescer, veremos ainda mais leilões de geração de energia nos próximos anos, ou volumes de contratação mais elevados. O mesmo para os leilões de linhas de transmissão", afirma Fabiano Brito, sócio de energia elétrica do Mattos Filho Advogados.

Além dos leilões promovidos pelo governo, há também o chamado mercado livre de energia — em que grandes empresas negociam preços diretamente com geradores ou comercializadoras.

Cada vez mais esses contratos firmados bilateralmente ajudam a gerar investimentos em novas usinas para o país, afirma Marcelo Girão, chefe de project finance do Itaú BBA.

Hoje, esse mercado representa de 25% a 30% da energia gerada, e esse número tende a crescer, diz ele.

Na área de rodovias, há uma série de projetos relativamente estruturados que foram deixados pelo governo Michel Temer e que poderão ser licitados no início desta nova gestão.

Os segmentos de aeroportos e portos também tendem a crescer, avalia Marcos Ganut, sócio da consultoria Alvarez & Marsal.

"Apesar de problemas em concessões aeroportuárias, é um setor interessante no Brasil. No caso de portos, são investimentos que precisam acontecer. Se o PIB crescer, teremos um gargalo logístico grande."

O segmento de ferrovias deverá demorar mais a deslanchar, diz ele. Além de serem projetos que demandam investimentos altos, a regulação é menos madura.

Apesar dos desafios no setor ferroviário, o novo ministro de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, sinalizou, em sua primeira semana de governo, a intenção de destravar investimentos na área.

Uma das medidas para isso seria a renovação antecipada de concessões em vigor em troca de investimentos adicionais por parte dos empreendedores.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Após 7 anos de perdas, Funcef sinaliza recuperação

São Paulo- O Funcef, fundo de pensão dos empregados da Caixa, anunciou nesta sexta-feira (4) um superávit de R\$ 1,66 bilhão até novembro de 2018. O resultado faz com que a entidade esteja perto de ter o primeiro resultado anual positivo desde 2010.

Terceiro maior fundo de pensão do país, o Funcef foi um dos mais atingidos por investimentos fracassados e falhas de gestão. Acumulou sucessivos déficits e fechou 2016 com rombo de R\$ 12,5 bilhões.

As perdas foram causadas por investimentos que não deram o retorno esperado, como o na Sete Brasil, empresa responsável por gerenciar plataformas para exploração de petróleo da Petrobras, hoje em recuperação judicial, e na **hidrelétrica de Belo Monte**.

Para equilibrar as contas, a gestão elevou o volume de contribuição dos associados e reduziu a meta atuarial.

Com o reequilíbrio dos planos será possível reduzir os prazos dos equacionamentos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 06/01/2019**Seção:** Colunas**Autor:****Título:** » Barra limpa.

Coluna do Broadcast

O Grupo Enel é o maior investidor em energia limpa em mercados emergentes da última década, entre 2008 e 2017, segundo estudo anual da Climatescope sobre investimentos e políticas de energia limpa, publicado pela Bloomberg NEF. Com aportes da ordem de US\$ 7,2 bilhões em energia renovável, especialmente eólica e solar, a empresa superou agentes como o Banco Mundial - segundo maior investidor, com US\$ 5,4 bilhões - e a Agência de Cooperação Internacional do Japão. Os investimentos no Brasil e em demais países da América Latina, como Chile e México, impulsionaram o grupo italiano para o topo da lista de investidores em energia limpa em países de economia em desenvolvimento.

COM CRISTIANE BARBIERI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 06/01/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Celso Ming**Título:** São apenas desencontros?

O presidente Bolsonaro não parece ter entendido que precisa assumir a postura de chefe de governo. Continua dizendo e fazendo coisas que guardam pouca proporção com os fatos e as prioridades anunciadas por ele próprio. E semeia confusão. Uma das declarações descoladas é a de que pretende defender uma reforma da Previdência que preveja idade mínima de 57 anos para as mulheres e de 62 anos para os homens, bem abaixo do que estipula o projeto de reforma que já tramita no Congresso, que são idades mínimas de 60 e 65 anos, respectivamente. A equipe econômica não escondeu seu desconforto. Em seu pronunciamento, o superministro Paulo Guedes anunciara outros critérios. Pretende uma reforma suficientemente consistente que seja capaz de gerar a confiança necessária para o crescimento sustentado dos próximos dez anos.

Uma reforma da Previdência sem osso e sem tutano, como a alinhavada quinta-feira pelo presidente, não terá força nem para derrubar o rombo nem para relançar a economia. Se não for prontamente resolvido, o descompasso entre Bolsonaro e seu Posto Ipiranga é perigoso. Além de trombadas, pode gerar

desastres. O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, que, na falta de outro, parece ter assumido a função de consertador de louças avariadas, tentou explicar que, ao rebaixar o limite de idade, Bolsonaro mostrou não mais que “preocupação com a realidade humana dos brasileiros”. Mas pareceu ignorar que os estragos produzidos no emprego e na renda pelo rombo monumental da Previdência são uma realidade humana ainda mais preocupante do que o simples repasse da conta, cujo objetivo é corrigir o desequilíbrio estrutural.

O presidente comportou-se mais como político do segmento do baixo clero, altamente suscetível a pressões de cunho populista, do que como estadista capaz de escolhas pelo bem do povo e do seu governo, ainda que doam. Outro bate-cabeças com sua equipe teve a ver com o IOF, o Imposto sobre Operações Financeiras. Dois dias depois que o ministro Paulo Guedes reconheceu que não dá mais para aumentar a carga tributária, Bolsonaro anunciou que assinara decreto que aumentou o IOF para compensar a prorrogação de incentivos fiscais às áreas da Sudam (Amazônia) e Sudene (Nordeste). Horas depois, foi desmentido pelo secretário da Receita Federal, Marcos Cintra: “Há recursos para isso no Orçamento. O presidente Bolsonaro deve ter-se equivocado”. E não havia sido assinado nenhum decreto.

Lá pelas tantas, o presidente passou o recado de que pretende reduzir a alíquota máxima do Imposto de Renda da Pessoa Física, de 27,5% para 25,0%. Foi desmentido não só pelo secretário Especial da Receita, como, também, pelo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, repentinamente escalado para atuar como bombeiro. Outra comida crua demais o presidente engoliu ao declarar que tem intenção de discutir o fim da Justiça do Trabalho, “se houver clima”. Com menos de uma semana de mandato, são o clima e a hora que fazem o governo e não o contrário, independentemente de estar certo ou errado acabar com a Justiça do Trabalho. A falta de sintonia ainda pode ser atribuída aos percalços próprios de uma administração em fase de montagem. Mas, se se repetirem, essas trombadas levarão o risco de rapidamente tirar musculatura política do presidente.

CONFIRA

» **O mergulho do petróleo Apenas nestes primeiros dias de janeiro, as cotações do petróleo subiram 5,1% (tipo Brent) e 4,7% (tipo WTI).** Esse movimento sugere que, por ora, o fundo do poço pode ter sido atingido. Três fatores devem determinar a trajetória das cotações: (1) o fôlego da recuperação econômica global; (2) a disciplina dos membros da Opep em cumprir o corte da oferta de 1,2 milhão de barris diários decidido em dezembro; e (3) a capacidade dos produtores de óleo de xisto dos Estados Unidos de operar a preços bem mais baixos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 06/01/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes****Título: As máquinas de fazer dinheiro da Petrobrás**

Plataformas do pré-sal já garantem mais da metade da produção de petróleo da estatal

A 290 km, em linha reta, da praia da Barra da Tijuca, no Rio, centenas de pessoas trabalham em estruturas gigantescas de metal, no meio do oceano, para extrair petróleo a até sete mil metros de profundidade, na chamada camada do pré-sal. Em uma hora de viagem de helicóptero a partir da praia é possível avistar as chamas da primeira plataforma. Avançando um pouco mais, em minutos, aparecem outras cinco, enfileiradas uma atrás da outra, desenhando o campo de Lula, o primeiro no pré-sal e, hoje, o que mais produz petróleo no País. A Petrobrás nunca ganhou tanto dinheiro produzindo petróleo e gás como agora, com o pré-sal. A empresa lucrou R\$ 35,7 bilhões com a exploração e produção nos primeiros nove meses do ano passado, segundo sua última demonstração contábil divulgada.

No mesmo período de 2008, quando o pré-sal ainda não tinha escala comercial, o lucro da área de exploração e produção da companhia foi menor, de R\$ 31,7 bilhões, mesmo com o petróleo valendo quase o dobro do que vale agora. A estatal está conseguindo ganhar mais, num cenário menos favorável, por conta dos baixos custos dos reservatórios do pré-sal, de onde são extraídos grandes volumes de petróleo de boa qualidade. O barril produzido na região custa US\$ 7 à petroleira, enquanto na média dos seus campos sai a US\$ 11. “Tem sempre alguém que me pergunta se esse negócio de pré-sal é verdade mesmo. É igual ir à Lua, tem gente que não acredita”, brinca Rafael Leone, de 36 anos, 12 deles na Petrobrás, que, do escritório da empresa no centro do Rio, responde pelo planejamento das operações na região. Ele acompanhou a equipe de reportagem numa visita à plataforma P-66, o carro-chefe do pré-sal, uma das apostas mundiais de toda indústria petroleira.

A Petrobrás e companhias privadas extraem diariamente 1,5 milhão de barris de petróleo e 58 milhões de metros cúbicos de gás natural do pré-sal, o equivalente a 55% da produção nacional. No fim do ano passado, mais da metade do petróleo nacional já saía desse que é o território nacional mais profundo já alcançado pela tecnologia. Ultrapassar 2 km de massa de água, mais 1 km de rocha e outros 2 km de camada de sal para só então atingir o pré-sal, que tem, em média, 2 km de espessura, era, realmente, quase tão complexa quanto chegar à Lua. “O grande desafio foi desenvolver uma tecnologia para

passar pelo sal, que não é uma rocha comum”, contou o gerente da P-66, Luciano Mares, de 49 anos, 17 deles na Petrobrás.

Por dentro. Todo esse processo de grande complexidade exige muita energia elétrica, o mesmo volume consumido, por exemplo, na cidade de Vitória (ES). Por isso, além dos equipamentos relacionados à produção de petróleo, numa plataforma de pré-sal ainda há usinas térmicas de grande capacidade. Numa unidade industrial com essas dimensões, o cenário é de um emaranhado de tubos e grandes estruturas de metal cercados de água por todos os lados. Numa das extremidades da embarcação, por uma imensa torre, sai uma labareda. É o flair, usado para queimar restos de gás. Paramentado com o tradicional macacão laranja, capacete, pesadas botas de borracha, tampões de ouvido, luvas e óculos, o visitante tem como primeiro desafio sobreviver ao calor. O segundo é assistir a todos os vídeos e ultrapassar a fase de avisos de segurança.

Nos corredores da área de produção da maior plataforma do pré-sal, ninguém transita ou manuseia os equipamentos. Ninguém faz força para tirar o petróleo a 9 km de profundidade. Vez ou outra até passa um petroleiro, o que não muda em nada a sensação de opressão em meio às máquinas gigantescas. Na P- 66, também não se vê uma gota de petróleo. Toda produção circula por tubos e, mesmo para despachá-la para o navio que irá transportá-la até a superfície, são usadas enormes mangueiras laranjas devidamente vedadas para evitar vazamentos. Os operadores da plataforma, meia dúzia de pessoas, ficam numa sala de controle, de onde, sentados, no ar-condicionado, monitoram por grandes telas e computadores o funcionamento da embarcação e unidades produtivas.

Assim, como acontece com os 150 profissionais que compõem a tripulação, essa equipe se reveza entre o turno da manhã e da noite. Portanto, há, em média, 75 pessoas ativas na plataforma diariamente, a maior parte envolvida em atividades de manutenção, navegação e administrativas. “A plataforma P-66 tem um grau de automação, em termo de avanços tecnológicos e equipamentos, elevado. Mas não é autônoma. Ela necessita de operação humana”, afirmou Clélio Vinícius de Sousa, responsável pela operação da P-66. “Nosso trabalho aqui servirá de alavanca para desenvolver outros processos”, diz o engenheiro, com um tom de orgulho quase tão repetitivo na plataforma quanto os avisos de segurança.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 06/01/2019****Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes Idiana Tomazelli / BRASÍLIA****Título: Privatizar o Banrisul não é oportuno para o Estado'**

Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul

Novo governador gaúcho diz que, para resolver déficit nas contas, Estados precisam apoiar reforma da Previdência

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), defende o pacto de governadores – que começou a ser articulado no ano passado – para ajudar na aprovação da reforma da Previdência. Segundo ele, é necessário mudar as regras para aposentadoria e elevar a alíquota de contribuição dos servidores públicos. Reconhece, porém, que esse é apenas um dos desafios a serem enfrentados pelos recém-empossados. “Tem uma série de espadas sobre a cabeça dos governadores e da população.”

Que diagnóstico o sr. faz do Rio Grande do Sul? E como será sua postura em relação à reforma da Previdência?

O foco do Estado neste momento, evidentemente, é o ajuste fiscal. Nosso Estado tem déficit na Previdência que chega a R\$ 11 bilhões. Então, é claro que nós estamos muito interessados e determinados a apoiar a reforma da Previdência no plano nacional, não apenas pelos efeitos que produz para nós diretamente, mas também porque entendo que é determinante para o País retomar a confiança na economia. A estabilidade econômica e a confiança do setor privado na economia vêm de um governo que tem suas contas ajustadas, que zere o déficit fiscal de R\$ 150 bilhões (do governo federal) e faça o enfrentamento daquilo que provoca maior desajuste nas contas, que é a questão previdenciária. Por isso, a reforma da Previdência me parece ser absolutamente prioritária. Tenho sido uma voz forte em relação a isso.

O sr. então vai integrar a frente de governadores de apoio à reforma? De que forma os governadores podem contribuir?

Na verdade, agora entendo que o governo federal precisa apresentar sua estratégia e quais serão os projetos. Desejamos, queremos e compreendemos – e me parece que isso é um sentimento de boa parte dos governadores – que a reforma vá adiante. Agora a bola está com o governo, que tem de apresentar qual será sua reforma e qual será a estratégia política para apresentá-la ao Congresso. Nós estamos à disposição para isso. É nesse sentido que me manifestei ao (ministro da Economia) Paulo Guedes e ao presidente Jair

Bolsonaro, quando os encontrei no início de dezembro. Disse a eles que ‘estou vindo aqui como governador eleito não apenas para pedir atenção ao Estado, mas para oferecer apoio e ajuda politicamente para as pautas que são de interesse do governo federal e, consequentemente, atenda aos Estados, como é o caso da reforma da Previdência’.

Quais pontos da reforma são considerados essenciais para os Estados e como pode ser esse apoio político dos governadores?

Sabemos que, para que uma reforma dessa envergadura possa passar no Congresso, tem de se criar todo um ambiente político que ajude a aprovação. Afinal, a proposta haverá de confrontar alguns interesses de setores específicos, que podem ser mobilizadores e podem pressionar contra. Portanto, nossa condição é de ajudar a criar esse ambiente e dar o suporte político, até com nossas bancadas dos Estados, para que a reforma prospere e os deputados se sintam respaldados para votar a favor da reforma.

O Rio Grande do Sul negocia a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. Para os gaúchos, um ponto delicado é a venda do Banrisul. A União quer incluir o banco na lista de privatização. Como o sr. vai resolver?

Temos outros ativos que podem ser colocados na negociação: as companhias de energia elétrica, de mineração, de distribuição de gás. Podemos até fazer venda de ativos e ações do banco, sem perda do controle acionário. O presidente Bolsonaro falou uma coisa certa de que a melhor reforma da Previdência é aquela que passa no Congresso. Se não for aprovada, não adianta. O ajuste fiscal do Rio Grande do Sul tem de passar nas urnas e na Assembleia. Tem outras medidas que são mais importantes de passarem na Assembleia, como a reestruturação de carreiras dos servidores. Vantagens e benefícios que precisam ser revistos e que vão demandar todo o esforço do governo. A privatização do banco se torna inviável dentro desse contexto e não é oportuna para o Estado.

O sr. vê uma crise dos Estados à frente?

O governo federal tem em geral o desafio que passa pela questão da Previdência e, para o caso do Rio Grande do Sul, tem a questão dos precatórios. A queda da emenda constitucional 62, que previa o depósito em porcentual da receita corrente líquida para um fundo de pagamento de precatórios e a modulação dos efeitos da decisão do Supremo, colocando a obrigatoriedade de até 2022 ou 2023 se quitarem todas as dívidas de precatórios, pode ter um efeito dramático nas contas. No nosso caso, elevaria em R\$ 300 milhões as despesas. Tem uma série de espadas sobre a cabeça dos governadores e da população.

Governadores pró-reforma vão se reunir com Guedes

Os governadores que formam o pacto em favor da aprovação da reforma da Previdência devem se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes, no fim do mês. Já compõem o grupo, além de Eduardo Leite (RS), João Doria (SP), Ronaldo Caiado (GO), Romeu Zema (MG) e Helder Barbalho (PA). O ministro está trabalhando para a adesão de outros governadores. A estratégia é mobilizar as bancadas estaduais de parlamentares para conseguir os votos necessários para a aprovação da proposta, que deve ser encaminhada pelo novo governo em fevereiro.

A condição dos governadores é que a proposta traga mudanças nos regimes especiais de Previdência dos servidores estaduais, incluindo professores, policiais e bombeiros. A explosão dos gastos com Previdência dos servidores é hoje o principal problema dos Estados que sofrem uma situação de colapso financeiro, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás e Rio de Janeiro. O rombo da aposentadoria do funcionalismo de todos os Estados e do Distrito Federal em 2017 foi de R\$ 94 bilhões, crescimento de 14% em relação ao ano anterior.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/01/2019

Seção: Economia

Autor: Luana Pavani

Título: Alto Escalão

» Petrobrás. Foi empossado na presidência da Petrobrás Roberto Castello Branco no lugar de Ivan Monteiro. O presidente do conselho de administração, Luiz Nelson Guedes de Carvalho, renunciou, assim como o conselheiro Francisco Papathanasiadis.

» Bancos públicos. Os novos presidentes dos bancos públicos serão Rubem Novaes no Banco do Brasil, Pedro Guimarães na Caixa e Joaquim Levy no BNDES. Para o Banco de Brasília (BRB) irá Paulo Henrique Rodrigues Costa, ex-vp de Clientes, Negócios e Transformação Digital da Caixa.

» BB Seguridade. Pedro Bramont torna-se diretor de Governança, Riscos e Controles da BB Seguridade.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 06/01/2019**Seção:** Economia**Autor:****Título:** Técnica da estatal cruza país para embarcar na P-66

Tamar mora em Manaus e viaja ao Rio todo o mês para trabalhar 2 semanas

A técnica em Segurança do Trabalho Tamar Xavier, de 40 anos, escolheu uma vida de confinamento de duas semanas todo o mês em uma plataforma marítima, porque queria “conhecer a Petrobrás que aparece na revista e na TV”. Há pouco mais de um ano decidiu se candidatar a trabalhar no pré-sal. Sua rotina passou, então, a incluir atravessar o País de avião por quase quatro horas, de Manaus (AM) até o Rio de Janeiro (RJ), para chegar ao trabalho. O último dos 21 dias de folga ela passa num hotel da capital fluminense, de onde, de helicóptero, ainda voa por mais uma hora até a plataforma P-66. “É um desafio, uma aventura e uma coisa muito gratificante, porque o pré-sal é o futuro da Petrobrás, é o futuro do Brasil, representa muito. É um orgulho grande trabalhar aqui”, diz Tamar. Ela relata ainda que, para manter o equilíbrio da vida pessoal com a profissional faz “malabarismos”.

“Não é fácil, não é simples. Todo mundo que trabalha aqui sabe disso. É um desafio sempre, a cada embarque. Mas tenho conseguido.” Tamar, que trabalha na Petrobrás há 14 anos, estava acostumada ao regime de embarque, mas em terra. Ela tinha curiosidade de experimentar a vida numa plataforma marítima. “Quando surgiu a oportunidade, eu não pensei duas vezes.” O orgulho de participar do projeto “pré-sal” é compartilhado pelos trabalhadores da Petrobrás. O coordenador de produção da P-66, Osvino Koch Júnior, brinca, porém, que “a melhor coisa do embarque é o desembarque”. “É uma sensação muito boa chegar em casa. Principalmente, quando o embarque foi mais puxado e você desembarca com a sensação de dever cumprido. Você tem um descanso razoável com sua família que pode compensar o tempo ausente.”

Tecnologia. A maior parte da sua carreira de uma década na estatal Koch passou no pré-sal. Por conta da complexidade tecnológica da P-66, sua percepção é que a experiência na plataforma vai capacitá-lo a atuar em qualquer embarcação de extração de petróleo. Segundo ele, a comida (na plataforma) “é boa”. “A gente consegue dormir bem. É uma família. Confinamento parece sinônimo de prisão, mas não é assim.” Um dia de trabalho na P-66 se divide em cargas horárias elevadas, de mais de 12 horas dependendo da função, passagens numa pequena sala de jogos e instrumentos musicais, conversas a distância via internet e sono.

O celular é lacrado no aeroporto, ainda no Rio, e só pode ser acessado novamente no retorno. Para entrar nas redes sociais, só por computadores e tablets. Na P-66, o ambiente é predominantemente masculino, mas, para Tamar, uma das poucas mulheres embarcadas na plataforma, esse é só mais um dos desafios do seu trabalho. “Os homens, pela própria personalidade, são bastante impositivos. A gente (mulher) busca ter a mesma postura. No geral, são todos muito educados”, conta ela, que de volta à casa, em Manaus, em suas três semanas de folga, gosta de manter o espírito de aventura que afirmou ter optado em sua vida pro

MME / ASCOM .